

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFRR
4º Trimestre/2024**

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adnelson Jadi Batista

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

Pierlangela Nascimento da Cunha

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

CAMPUS NOVO PARAÍSO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES

REITORIA

Geórgia Marcelly Gomes Matias

Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI

Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA

Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAÍSO

Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	39
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados.....	40
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora	40
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Categoria Econômica	41
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes	41
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas de Capital	42
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações.....	26
Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos	38
Quadro 3: Recebimentos e Pagamentos – Orçamentários e Extraorçamentários – R\$.....	45
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição	20
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo	20
Tabela 3: Estoques - Composição	21
Tabela 4: Imobilizado – Composição	22
Tabela 5: Bens Móveis - Composição.....	22
Tabela 6: Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.....	23
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição	24
Tabela 8: Intangível – Composição	25
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição	25
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante	26
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar	26
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão	27
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.....	27
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução	28
Tabela 15: Desempenho da Realização da Receita	33
Tabela 16: Receitas arrecadadas – por origem	34
Tabela 17: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita	34
Tabela 18: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa – R\$.....	35
Tabela 19: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$)	36
Tabela 20: Despesas de capital por elemento de despesa (em R\$).....	36
Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)	37
Tabela 21: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG.....	39
Tabela 22: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa	42
Tabela 23: Total de Ingressos (R\$).....	44
Tabela 24: Total de Dispêndios (R\$).....	44
Tabela 25: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades	48
Tabela 26: Resumo da DMPL	51

Sumário

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR.....	6
APRESENTAÇÃO	7
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA.....	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	8
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	10
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	10
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	11
3.5 RESTOS A PAGAR.....	11
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	12
4.1. MOEDA FUNCIONAL	12
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO.....	12
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	12
4.5. ESTOQUES.....	12
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13
4.7 INVESTIMENTOS	13
4.8 IMOBILIZADO.....	13
4.9 INTANGÍVEL	14
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS.....	14
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS	15
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET.....	15
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	15
4.14 PROVISÕES	16
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	16
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	16

4.16.1 Resultado Patrimonial.....	16
4.16.2 Resultado Orçamentário.....	17
4.16.3 Resultado Financeiro.....	17
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	18
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	18
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial.....	20
5.1.1.1 Ativo Circulante	20
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
Nota 03 – Estoques	21
5.1.1.2 Ativo Não Circulante	21
Nota 04 – Imobilizado	21
Nota 05 – Intangível	24
5.1.1.3 Passivo Circulante	25
Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo.....	25
5.1.1.4 Passivo Não Circulante.....	28
Nota 08 – Precatórios a Curto prazo.....	28
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	29
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais.....	30
5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período	30
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	31
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário	33
5.3.1.1 Receitas Orçamentárias	33
5.3.1.2 Despesas Orçamentárias	35
5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar	39
5.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	43
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro	44
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	47
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	48
5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2024	50
5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	51

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR – EXERCÍCIO 2024

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – 26437/158152. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

a) Situação patrimonial da Instituição conforme itens descritos abaixo.

a.1) a conta estoques e bens móveis não reflete a situação real, pois os saldos do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) não foram conciliados com o SIAFI, tendo em vista o não envio dos relatórios em alguns meses nas unidades, ou por falta de tempo hábil para conciliar as contas. No caso da unidade 158152 (Reitoria) o saldo foi conciliado em janeiro de 2025, pois a inconsistência foi observada após o fechamento do ano. Nas unidades 158350 (Campus Boa Vista) e 158351 (Campus Novo Paraíso) não foi evidenciado o motivo da divergência entre as contas já que os relatórios foram enviados aos setores de contabilidade.

a.2) a conciliação de bens móveis entre SIAFI e SUAP (Sistema Único de Administração Pública) estão divergentes em todas as unidades, ou por classificação indevida ou por transferência realizada entre as unidades no SUAP e não registrada no SIAFI;

a.3) os registros de depreciação não foram lançados pelas unidades 158352 (Campus Zona Oeste) e 158510 (Amajari) no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;

a.4) a avaliação dos bens móveis conforme cronograma da Macrofunção - 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual SIAFI, das contas referentes ao prazo máximo de 2012 foram avaliadas, mas não foram lançadas em controles patrimoniais por pendência de implantação do módulo no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, utilizado pela instituição. As contas referentes ao prazo máximo de 2013 não foram avaliadas, considerando o número reduzido de servidores para compor comissão para realização dos trabalhos de avaliação de bens móveis;

a.5) os bens imóveis registrados no Spiunet, não foram baixados na conta obras em andamento, por estar aguardando informações quanto ao registro do bem. No entanto, foram criados em algumas unidades o controle das obras por inscrição genérica para acompanhamento;

a.6) não envio de inventário de bens móveis da instituição;

a.7) conciliação da conta de contratos entre os valores registrados no SIAFI e Comprasnet Contratos.

As providências a serem adotadas estão elencadas no Relatório de Inconsistências Contábeis apresentado aos gestores da Instituição, no processo de encerramento do exercício.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Boa Vista - RR, 29 de janeiro de 2025.

Geórgia Marcelly Gomes Matias

CRC nº RR-000668/O-0

Documento assinado eletronicamente por:

• Geórgia Marcelly Gomes Matias, CONTADOR, em 29/01/2025 16:46:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 326504

Código de Autenticação: 776a4d3b6e



APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 4º trimestre de 2024 (dezembro/2024) fazendo uma comparação com os resultados do trimestre anterior (dezembro/2023) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (dezembro/2023).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracará;
- Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de

Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, consequentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. “O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). “A despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a

possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

4.12 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção

de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhares

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	17.255.570,57	15.565.022,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.128.741,32	11.080.307,19
Créditos a Curto Prazo	1.563.587,29	1.118.178,36
Demais Créditos e Valores	1.563.587,29	1.118.178,36
Demais Créditos e Valores	1.563.587,29	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.563.241,96	3.366.536,74
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	165.267.110,02	142.322.003,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19
Créditos a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores	6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores	6.607,19	-
Investimentos	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Imobilizado	165.120.784,43	142.175.677,75
Bens Móveis	57.819.509,50	51.162.014,68
Bens Móveis	81.948.605,83	72.608.987,93
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-24.128.611,58	-21.446.488,50
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75
Bens Imóveis	107.301.274,93	91.013.663,07
Bens Imóveis	107.948.438,17	91.393.672,24
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-647.163,24	-380.009,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	139.718,40	139.718,40
Softwares	139.718,40	139.718,40
Softwares	139.718,40	139.718,40
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	182.522.680,59	157.887.025,63

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE	57.366.540,21	32.619.531,84
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.232.497,34	8.617.831,35
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.370.931,04	1.812.328,63
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	156,75
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	47.763.111,83	22.189.215,11
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	57.366.540,21	32.619.531,84

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	32.544,80	-
Resultados Acumulados	125.123.595,58	125.267.493,79
Resultado do Exercício	(139.248,75)	(25.958,55)
Resultados de Exercícios Anteriores	125.267.493,79	125.243.165,29
Ajustes de Exercícios Anteriores	(4.649,46)	50.287,05
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.156.140,38	125.267.493,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	182.522.680,59	157.887.025,63

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	12.128.741,32	11.080.307,19	PASSIVO FINANCEIRO	26.340.211,97	34.803.395,48
ATIVO PERMANENTE	170.393.939,27	146.806.718,44	PASSIVO PERMANENTE	42.644.609,89	18.608.871,59
			SALDO PATRIMONIAL	113.537.858,73	104.474.758,56

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15.064.653,30	17.860.568,24	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	40.224.951,52	27.586.000,51
Atos Potenciais Ativos	15.064.653,30	17.860.568,24	Atos Potenciais Passivos	40.224.951,52	27.586.000,51
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	15.064.653,30	17.860.568,24	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	867.229,08	213.400,08
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	39.357.722,44	27.372.600,43
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	15.064.653,30	17.860.568,24	TOTAL	40.224.951,52	27.586.000,51

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-11.161.498,80
Recursos Vinculados	-3.049.971,85
Educação	-2.183.968,88
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-781.793,00
Previdência Social (RPPS)	-6.046,88
Dívida Pública	-158.608,45
Fundos, Órgãos e Programas	80.445,36
TOTAL	-14.211.470,65

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de convertibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 31/12/2024, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 12.128.741,32 distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AV(%)	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	1.884.767,96	572.529,58	15,54	229,20
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	10.243.973,36	10.507.777,61	84,46	-2,51
Total (Caixa e equivalentes de caixa)	12.128.741,32	11.080.307,19	100	9,46

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 10.243.973,36 correspondendo a 84,46% do total de caixa e equivalente de caixa. Apresentou uma redução de -2,51% em relação ao período 31/12/2023. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 31/12/2024, e correspondem em sua maioria à folha de pessoal do IFRR, e que são processados apenas no 1º dia útil do mês subsequente. A somatória das duas contas corresponde à conta Caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial e apresentou um aumento de 9,46% em 31/12/2024.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 31/12/2024 um montante de R\$ 1.563.587,29. A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	31/12/2024	31/12/2023	AV(%)	AH (%)
Salários e ordenados	573.547,74	458.037,47	36,68	25,22
Adiantamentos a prestadores de serviços	37.014,95	37.014,95	2,37	0,00
Adiantamentos a fornecedores	8.094,99	8.094,99	0,52	0,00
Valores a Receber por Devolução de Despesa	3.963,30	978,64	0,25	304,98
Crédito de energia a compensar	728,39	728,39	0,05	0,00
Adiantamentos termo de execução descentralizada	940.237,92	613.323,92	60,13	53,30
Total	R\$ 1.563.587,29	R\$ 1.118.178,36	100,00	39,83

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

No 4º trimestre de 2024 a variação em comparação a dezembro de 2023, conforme demonstra a Tabela 2, foi de 39,83%. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” apresenta um registro de R\$ 940.237,92, e representa 53,30% da conta Demais Créditos, é referente a adiantamento de recursos de créditos de transferências formalizadas por meio de termo de

execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR. Deve ser analisada quanto à execução.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. Em 31/12/2024, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.563.21,96 que estão registrados pelo custo médio ponderado e é composta pelas contas: Materiais em trânsito, Almojarifado e Outros Estoques. Na Tabela 3 é apresentada a composição dos estoques no 4º trimestre de 2024:

Tabela 3: Estoques - Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV(%)
Materiais em Trânsito	R\$ 0,00	R\$ 200,00		
Almojarifado	R\$ 2.858.645,06	R\$ 2.661.739,84	80,23	7,40
Outros estoques – consolidação	R\$ 704.596,90	R\$ 704.596,90	19,77	0,00
Total Estoques	R\$ 3.563.241,96	R\$ 3.366.536,74	100	5,84

Fonte: SIAFI, Balancete 2023 e 2022.

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, que corresponde a 80,23% do grupo no 4º trimestre de 2024. Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almojarifado apresentou um aumento de 7,40% em relação a 31/12/2023, apresentando uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange ao consumo de insumos no 4º trimestre. A conta Almojarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação. O saldo da conta Estoques sofreu uma variação de 5,84% em relação a dezembro/2023.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Na Tabela 4, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 4º trimestre de 2024 em comparação a 31/12/2023.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	57.819.509,50	51.162.014,68	13,01	35,02
(+) Valor Bruto Contábil	81.948.605,83	72.608.987,93	12,86	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-24.128.611,58	-21.446.488,50	12,51	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75	0	
Bens Imóveis	107.301.274,93	91.013.663,07	17,90	64,98
(+) Valor Bruto Contábil	107.984.438,17	91.393.672,24	18,15	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-647.163,24	-380.009,17	70,30	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	0,00	
Total	165.120.784,43	142.175.677,75	16,14	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

Em 31/12/2024, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 165.120.784,43 relacionados ao imobilizado, o que representa um aumento de 16,14% % quando comparado ao período de 31/12/2023. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada de bens móveis, percebe-se uma variação positiva de 12,51% % em função da depreciação das aquisições de bens. Quanto à depreciação de bens imóveis houve um aumento de 70,30%. %. O imobilizado corresponde a 90,47% do total do Ativo.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 31/12/2024 totalizavam R\$ 81.948.605,83 correspondente ao valor bruto contábil e após sua depreciação totalizavam R\$ 57.819.509,50 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	31/12/2024 – R\$	31/12/2023 – R\$	AH (%)	AV (%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	29.674.038,79	27.106.214,35	9,47	51,32
Bens de informática	17.944.187,13	17.527.130,49	2,38	31,03
Móveis e utensílios	15.934.483,27	13.774.535,10	15,68	27,56
Material cultural, educacional e de comunicação	4.940.850,07	4.919.015,97	0,44	8,55
Veículos	12.084.671,51	7.911.716,96	52,74	20,90
Bens em almoxarifado	145.120,00	145.120,00	0,00	0,25
Demais bens móveis	1.225.255,06	1.225.255,06	0,00	2,12
(=) Valor Bruto Contábil	81.948.605,83	72.608.987,93	12,86	141,73
(-) Depreciação e amortização acumulada	(24.128.611,58)	-21.446.488,50	12,51	-41,73
(-) Redução ao valor recuperável	(484,75)	-484,75	0,00	0,00
Total	57.819.509,50	51.162.014,68	13,01	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 51,32% % referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total bruto dos Bens Móveis e apresentou uma variação positiva de 9,47% % referente a aquisições de bens desse grupo no período. A variação dos bens móveis em 31/12/24 após sua depreciação foi de 13,01% em relação ao período 31/12/23.

O grupo “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” é composto pelas contas a seguir, apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6: Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.799.284,15	R\$ 2.785.236,05	0,50	9,43
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 795.242,68	R\$ 795.242,68	0,00	2,68
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 3.127.442,36	R\$ 3.124.694,36	0,09	10,54
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.053.551,19	R\$ 1.044.988,45	0,82	3,55
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 788.022,04	R\$ 788.022,04	0,00	2,66
Maquinas e equipamentos industriais	R\$ 265.179,79	R\$ 259.709,79	2,11	0,89
Maquinas e equipamentos energético	R\$ 10.825.433,39	R\$ 8.199.937,79	32,02	36,48
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 141.128,04	R\$ 141.128,04	0,00	0,48
Maquinas ferramentas e utensílios	R\$ 394.043,75	R\$ 392.756,85	0,33	1,33
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$ 302.899,96	0,00	1,02
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$ 290,00	0,00	0,00
Maquinas e utensílios agropecuário	R\$ 1.629.988,74	R\$ 1.626.580,74	0,21	5,49
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.268.945,97	R\$ 1.350.308,97	-6,03	4,28
Maquinas e equipamentos – construção	R\$ 295.836,00	R\$ 295.836,00	0,00	1,00
Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	R\$ 1.986,70	R\$ 1.986,70	0,00	0,01
Máquinas, utensílios e equipamentos	R\$ 5.961.034,03	R\$ 5.972.865,93	-0,20	20,09
Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 23.730,00	R\$ 23.730,00	0,00	0,08
Total	R\$ 29.674.038,79	R\$ 27.106.214,35	9,47	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

Destaca-se no 4º trimestre um aumento da conta Máquinas e equipamentos energético em 32,02% que se refere à aquisição de placas energéticas para atender ao Campus Amajari, Novo Paraíso e Zona Oeste.

No total a conta Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas teve uma variação positiva de 9,47% em relação ao período 31/12/2023.

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União, no que se refere à reavaliação de bens.

Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).

Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Outra situação que ocorre, é que as transferências entre as unidades precisam ser regularizadas.

Mesmo diante das dificuldades, a conciliação dos bens móveis da Reitoria entre os sistemas SUAP e SIAFI vem sendo realizada gradativamente, escolhendo um subelemento por mês para realizar a conciliação.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 31/12/2024 totalizaram R\$ 107.948.438,17 correspondente ao valor bruto contábil e após deduzido de sua correspondente depreciação totalizavam R\$ 107.301.274,93, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7: Bens Imóveis - Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial registrado	49.644.454,02	R\$ 34.085.283,04	45,65	45,99
Bens de uso especial não registrado	56.506.154,00	55.510.559,05	1,79	52,35
Bens imóveis em andamento	1.774.050,15	1.774.050,15	0,00	1,64
Instalações	R\$ 23.780,00	R\$ 23.780,00	0,00	0,02
Benfeitorias em propriedade de terceiros	107.948.438,17	91.393.672,24	18,11	100,00
Valor Bruto Contábil	- 647.163,24	-380.009,17	70,30	
Depreciação acumulada - bens imóveis	R\$ 107.301.274,93	R\$ 91.013.663,07	17,90	
Total	49.644.454,02	R\$ 34.085.283,04	45,65	45,99

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023.

De acordo com a Tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 52,35% do valor bruto contábil de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, e teve um aumento de 1,79% em relação à 31/12/2023. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU. Ressalta-se ainda que se deva realizar uma avaliação dos bens imóveis em andamento da Instituição para que se possam transferir os saldos desta conta para conta específica, o que neste caso, envolve vários setores e ações a serem realizadas.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que

tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2024 e 2023.

Tabela 8: Intangível – Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 139.718,40	R\$ 139.718,40	8,58
Total	R\$ 139.718,40	R\$ 139.718,40	

Fonte: SIAFI, Balancete 2024 e 2023;

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Em 31/12/2024, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 139.718,40 relacionados à intangível e não houve variação em relação ao período dezembro/2023.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados em caráter de Longo Prazo. Em 31/12/2024, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.370.931,04 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Circulante			
Nacionais	R\$ 1.370.931,04	R\$ 1.812.328,63	-24,36
Não Circulante			
Nacionais			
Total	R\$ 1.370.931,04	R\$ 1.812.328,63	-24,36

Fonte: Balanço Patrimonial (Dezembro/2024)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve uma redução de -24,36% em relação ao período 31/12/23. Esta obrigação foi reduzida com os repasses de recursos. Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se os órgãos (ou as Unidades Gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2024.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	31/12/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	6400,01	122.456,75	0,47	-94,77
158350 – Campus Boa Vista	143.258,27	0,00	10,45	0,00
158351 – Campus Novo Paraíso	0,00	194.313,81	0,0	-100,00
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	91.295,11	542.119,29	6,66	-83,16
158510 – Campus Amajari	1.129.977,65	953.438,78	82,42	18,52
Total do Órgão	1.370.931,04	1.812.328,63	100	-24,36

Fonte: SIAFI/Balancete (Dezembro/2024 e Dezembro/2023).

Considerando a variação entre o período de Dezembro/2024 e Dezembro/2023, houve uma redução de fornecedores em relação ao período anterior, a unidade que mais reduziu foi o Campus Novo Paraíso que diminuiu em 100%, seguido pela reitoria onde a redução foi na ordem de 94,77%. O Campus Amajari foi o que apresentou maior vulto de fornecedores a pagar que correspondeu a 18,52% do total do órgão. Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais expressivos a pagar do órgão e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2024.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar

CNPJ	FORNECEDOR	31/12/2024	AV (%)
0462330000188	FUNDACAO DE APOIO AO ENS., PESQUISA, EXTENSAO E INTER. DO IFAM	1.032.352,55	75,94
11056054000195	SARAM SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	81.189,92	5,97
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	48.686,24	3,58
07895712000165	COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS CINCO POLOS - COOPERCINCO	44.304,06	3,26
17279326000100	ENERGIBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA	28.387,57	2,09
20991994000162	QUALIGOURMET SERVICO DE ALIMENTACAO LTDA	27.251,30	2,00
27363204000143	I G DOS SANTOS DE OLIVEIRA LTDA	26.771,20	1,97
04892991000115	TELTEC SOLUTIONS LTDA	25.354,00	1,87
17278082000133	HAZA CONSTRUCOES DE EDIFICIOS LTDA	23.744,55	1,75
29200238000142	U RELVAS DOLIVEIRA LTDA	21.333,26	1,57
		1.359.374,65	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Dezembro/2024).

A Tabela 11 demonstra os 10 fornecedores mais expressivos da Instituição, e o percentual de cada fornecedor se refere ao total de contas a pagar em 31/12/2024 no valor de R\$ 1.359.374,65. O fornecedor mais significativo do 4º trimestre em relação aos dez mais expressivos é a empresa FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSAO E INTERIORIZACAO DO IFAM, que corresponde a 75,94%. A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
0462330000188	Atividade de ensino na terra Yanomami, aquisição material, serviço e programa de ação	1.032.352,55	Várias
11056054000195	Serviço de e limpeza do Campus Boa Vista	81.189,92	26/12/24
05340639000130	Gerenciamento de frota	48.686,24	Várias
07895712000165	Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar	44.304,06	Várias
17279326000100	Serviço manutenção e instalação elétrica Campus Amajari	28.387,57	Vária
20991994000162	Serviço de fornecimento de alimentícios Campus Boa Vista Zona Oeste	27.251,30	19/12/24
27363204000143	Aquisição de materiais e insumos agropecuários Campus Amajari	26.771,20	06/03/24
04892991000115	Serviços de instalação de rede sem fio Campus Boa Vista Zona Oeste	25.354,00	20/12/24
17278082000133	Serviços de engenharia prestados ao Campus Boa Vista Zona Oeste	23.744,55	11/01/22
29200238000142	Serviço de e limpeza do Campus Amajari	21.333,26	23/12/24

Fonte: SIAFI (Dezembro/2024).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar pendente até 31/12/2024 se refere à FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO

IFAM responsável pelo fornecimento de matérias e serviços para desenvolvimento da atividade de ensino na terra Yanomami, aquisição material, serviço e programa de ação no Campus Amajari. O fornecedor Haza Construções de Edifícios Ltda responsável pela reforma do telhado do Campus Boa Vista Zona Oeste ainda não foi pago por pendências da obra e o ateste definitivo não foi realizado pela comissão até a presente data. Existe um processo de apuração de penalidade contra a referida empresa Processo: 23482.000177.2022-50 - Aplicação de Sanção Contratual e Relatório 003/2023 - DETEO - Recebimento Definitivo Cobertura Zona Oeste esclarecendo os motivos pelos quais ainda não se pagou a obrigação.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2024, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 39.357.772,44 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos. A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	31/12/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	51.015,12	51.015,12	0,13	0,00
Fornecimento de Bens	13.820.203,28	6.090.685,09	35,11	126,91
Seguros	9.085,04	11.819,79	0,02	-23,14
Serviços	25.477.419,00	21.219.080,43	64,73	20,07
Total	39.357.722,44	27.372.600,43	100,00	43,79

Fonte: Tesouro Gerencial, Dezembro/2024.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 64,73% ao final de 31/12/2024. Em relação ao período 31/12/2023, houve um aumento de 20,07% de obrigações contratuais de serviços. Os contratos com aluguéis não apresentaram variação em relação ao período 31/12/2023. Os fornecimentos de bens apresentou um aumento de 126,91 em relação ao exercício anterior, já os seguros apresentaram redução de -23,14% em relação ao período 31/12/2023. Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2024.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2024	31/12/2023	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	10.254.672,64	4.799.538,41	26,06	113,66
158350 – Campus Boa Vista	9.337.496,63	8.146.985,52	23,72	14,61
158351 – Campus Novo Paraíso	10.755.031,95	7.584.100,49	27,33	41,81
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	432.795,62	373.688,32	1,10	15,82
158510 – Campus Amajari	8.577.725,60	6.468.287,69	21,79	32,61
Total	39.357.772,44	27.372.600,43	100,00	43,79

Fonte: Tesouro Gerencial Dezembro/2024.

As unidades da Reitoria, Campus Boa Vista e Campus Novo Paraíso são responsáveis por 77,11% do total contratado. A Reitoria apresentou um crescimento de 113,66 % nas contratações em relação a Dezembro/2023 relativo a novos contratos, seguida pelo Campus Novo Paraíso que

apresentou um aumento de 41,81%. Enquanto o órgão apresentou um aumento de 43,79% em relação ao período de 31/12/2023. Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2024.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

CNPJ/ IG	Empresa Contratada	31/12/2024	AV (%)
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	6.337.982,73	30,16
IC08A24BV	GESTAO DE FROTA - CBV	2.559.628,84	12,18
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	2.451.057,74	11,67
IC11A24RE	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS - REITORIA	1.758.855,14	8,37
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	1.645.054,70	7,83
IC05A24RE	GERENCIAMENTO DE FROTA REITORIA	1.522.363,49	7,25
IC15A23RE	CONCURSO PUBLICO DO IFRR	1.341.904,00	6,39
03746938000143	BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	1.266.118,75	6,03
10328834002470	MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	1.076.839,34	5,13
IC07A22BV	LIMPEZA - CBV	1.051.288,62	5,00
TOTAL		21.011.093,35	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Dezembro/2024).

O contrato mais expressivo de serviço ao fim de 31/12/2024 refere-se ao contrato de gestão de frota para a unidade Novo Paraíso, que corresponde a 30,16% seguido do contrato de gestão de frota para o Campus Boa Vista que corresponde a 12,18% dos 10 contratos mais expressivos.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, cada unidade tem responsabilidade de atualização sobre seus contratos. Assim, para verificar a vigência ou número do contrato pode-se solicitar à administração de cada campus.

Quanto ao controle dos contratos por inscrição genérica, foi elaborado um manual de procedimentos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças visando diferenciar os contratos prestados por uma mesma empresa. Assim, quando da consulta na conta de contratos (aluguel, seguros, serviços e bens) na transação >conrazao no SIAFI, o conta corrente da conta contábil pode estar classificado por uma codificação (Inscrição Genérica), em que a base é o número do contrato na respectiva unidade gestora, ou, para os contratos que não atualizaram a inscrição genérica, o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da empresa contratada.

5.1.1.4 Passivo Não Circulante

Nota 08 – Precatórios a Curto prazo

As obrigações a longo prazo foram canceladas e transferidas para curto prazo. Assim, esta provisão das obrigações a pagar a curto prazo está registrada na unidade gestora/gestão: 158152/26437 na conta de controle Precatórios a Pagar e em 31/12/2024 não há obrigação de precatórios de pessoal.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	284.890.562,50	196.396.675,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	976.644,05	191.395,67
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	976.644,05	191.395,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	255.297.085,59	194.945.157,79
Transferências Intragovernamentais	253.717.413,06	194.682.515,78
Transferências das Instituições Privadas	15.000,00	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.564.672,53	262.642,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	27.885.979,46	749.837,94
Ganhos com Incorporação de Ativos	14.667.850,78	69.341,39
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.218.128,68	680.496,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	730.853,40	510.283,97
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	20,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	730.853,40	510.263,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	285.029.811,25	196.422.633,92
Pessoal e Encargos	123.639.552,98	116.434.238,20
Remuneração a Pessoal	92.446.261,44	89.551.533,38
Encargos Patronais	18.931.989,64	18.152.757,67
Benefícios a Pessoal	12.261.301,90	8.729.947,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.056.801,37	26.367.030,73
Aposentadorias e Reformas	25.026.438,36	23.725.387,67
Pensões	1.483.650,97	1.477.150,93
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.546.712,04	1.164.492,13
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.976.266,01	23.687.730,85
Uso de Material de Consumo	2.296.761,86	2.215.145,42
Serviços	38.691.712,10	18.948.908,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.987.792,05	2.523.677,16
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	263.576,75	9.388,42
Juros e Encargos de Mora	259.692,86	9.388,42
Descontos Financeiros Concedidos	3.883,89	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	49.724.185,89	24.480.232,97
Transferências Intragovernamentais	48.144.858,10	24.358.762,13
Transferências Intergovernamentais	34.770,43	34.216,16
Transferências a Instituições Privadas	1.248.195,30	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	296.362,06	87.254,68
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	37.254.757,56	3.953.917,32
Perdas Involuntárias	123,93	-
Incorporação de Passivos	37.251.415,63	3.942.443,82
Desincorporação de Ativos	3.218,00	11.473,50
Tributárias	80.332,78	27.468,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.068,82	5.380,10
Contribuições	74.263,96	22.088,32
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.034.337,91	1.462.627,01
Premiações	11.020,00	7.600,00
Incentivos	2.023.317,91	1.453.822,92
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	1.204,09
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-139.248,75	-25.958,55

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2024 foi deficitário em R\$ -139.248,75 se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ **284.890.562,50**) e Diminutivas (R\$ **285.029.811,25**). A seguir apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida.

26437 - INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA				
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA				
	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV - 12/24
	R\$			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	284.890.562,50	196.396.675,37	45,06%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	976.644,05	191.395,67	410,27%	0,34%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	255.297.085,59	194.945.157,79	30,96%	89,61%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	27.885.979,46	749.837,94	3618,93%	9,79%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	730.853,40	510.283,97	43,22%	0,26%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	285.029.811,25	196.422.633,92	45,11%	100,00%
Pessoal e Encargos	123.639.552,98	116.434.238,20	6,19%	43,38%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.056.801,37	26.367.030,73	6,41%	9,84%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.976.266,01	23.687.730,85	85,65%	15,43%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	263.576,75	9.388,42	2707,47%	0,09%
Transferências e Delegações Concedidas	49.724.185,89	24.480.232,97	103,12%	17,45%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	37.254.757,56	3.953.917,32	842,22%	13,07%
Tributárias	80.332,78	27.468,42	192,46%	0,03%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.034.337,91	1.462.627,01	39,09%	0,71%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(139.248,75)	(25.958,55)	436,43%	

Fonte: DVP (Dezembro/2024).

As variações aumentativas apresentaram aumento de 45,06%, enquanto as variações diminutivas um aumento de 45,11% em comparação ao mesmo período do exercício de 2023. A despesa com Pessoal e Encargos em Dezembro/2024 foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondendo a 43,38% e apresentando um aumento de 6,19% em relação a Dezembro/2023.

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	56.696,00	56.696,00	1.019.514,28	962.818,28
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	54.908,00	54.908,00	50.040,16	-4.867,84
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	54.908,00	54.908,00	50.040,16	-4.867,84
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.788,00	1.788,00	922.720,00	920.932,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.788,00	1.788,00	922.720,00	920.932,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	15.000,00	15.000,00
Outras Receitas Correntes	-	-	31.754,12	31.754,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	31.526,67	31.526,67
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	247,45	247,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-20,00	-20,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	56.696,00	56.696,00	1.019.514,28	962.818,28
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	56.696,00	56.696,00	1.019.514,28	962.818,28
DEFICIT			197.930.954,53	197.930.954,53
TOTAL	56.696,00	56.696,00	198.950.468,81	198.893.772,81
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	10.697.000,00	-	-10.697.000,00
Superavit Financeiro	-	427.000,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	793.000,00	-	-
Créditos Cancelados	-	9.477.000,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	169.938.249,00	180.217.420,00	197.047.594,91	188.224.435,16	173.687.126,07	-16.830.174,91
Pessoal e Encargos Sociais	138.154.242,00	141.555.151,00	139.101.002,11	138.089.941,46	126.337.534,95	2.454.148,89
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	31.784.007,00	38.662.269,00	57.946.592,80	50.134.493,70	47.349.591,12	-19.284.323,80
DESPESAS DE CAPITAL	237.689,00	655.518,00	1.902.873,90	1.443.873,89	1.415.873,89	-1.247.355,90
Investimentos	237.689,00	655.518,00	1.902.873,90	1.443.873,89	1.415.873,89	-1.247.355,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	170.175.938,00	180.872.938,00	198.950.468,81	189.668.309,05	175.102.999,96	-18.077.530,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	170.175.938,00	180.872.938,00	198.950.468,81	189.668.309,05	175.102.999,96	-18.077.530,81
TOTAL	170.175.938,00	180.872.938,00	198.950.468,81	189.668.309,05	175.102.999,96	-18.077.530,81

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.590.812,78	7.706.190,80	7.040.292,90	6.952.134,98	796.795,31	1.548.073,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.590.812,78	7.706.190,80	7.040.292,90	6.952.134,98	796.795,31	1.548.073,29
DESPESAS DE CAPITAL	2.384.720,83	9.111.010,82	10.097.000,08	10.063.457,93	522.525,05	909.748,67
Investimentos	2.384.720,83	9.111.010,82	10.097.000,08	10.063.457,93	522.525,05	909.748,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.975.533,61	16.817.201,62	17.137.292,98	17.015.592,91	1.319.320,36	2.457.821,96

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	12.344.484,33	12.344.363,31	-	121,02
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.152.414,90	11.152.414,90	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.192.069,43	1.191.948,41	-	121,02
DESPESAS DE CAPITAL	23.744,55	1.638.618,60	1.638.618,60	-	23.744,55
Investimentos	23.744,55	1.638.618,60	1.638.618,60	-	23.744,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	23.744,55	13.983.102,93	13.982.981,91	-	23.865,57

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Vale destacar, que o efetivo desempenho do orçamento, comparando as receitas e despesas realizadas, é feito sob o enfoque orçamentário, ou seja, receitas arrecadadas em confronto com as despesas empenhadas. A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 4º trimestre de 2024.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 4º trimestre de 2024 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 1.019.514,28, enquanto as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 198.950.468,881, que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 197.930.954,53.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

No entanto, apesar do déficit orçamentário, podemos observar o desempenho da realização da receita, conforme demonstrado na Tabela 15 a seguir.

Tabela 15: Desempenho da Realização da Receita

Categoria Econômica da Receita	Previsão atualizada	Realização da receita	Saldo
Receitas Correntes	R\$ 56.696,00	R\$ 1.019.512,28	R\$ 962.818,28
Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total da Arrecadação da Receita	R\$ 56.696,00	R\$ 1.019.512,28	R\$ 962.818,28

Fonte: SIAFI WEB 2024

Pode-se observar que houve um excesso de arrecadação de receitas correntes, pois o total arrecadado nesta categoria foi superior à previsão atualizada, obtendo assim um saldo R\$ 962.818,28, devido à arrecadação de taxas de inscrições provenientes do concurso público para contratação de servidores efetivos.

Para entender melhor como as despesas da instituição são pagas, as informações presentes no Balanço Orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do Balanço Financeiro e das Demonstrações de Fluxos de Caixas, os quais demonstram os recursos financeiros disponíveis de R\$ 1.019.514,28 (receitas orçamentárias arrecadadas) mais as Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 253.717.413,06 e os Recebimentos Extraorçamentários de R\$ 24.490.198,52 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos e dos restos a pagar inscritos), que perfizeram um total de R\$

278.207.611,58, para atender às despesas com custeio e de investimentos executadas até o 4º trimestre.

A Tabela 16 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Tabela 16: Receitas arrecadadas – por origem

	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Receitas Correntes			
Receita Patrimonial	R\$ 54.908,00	R\$ 50.040,16	4,91
Receita de Serviços	R\$ 1.788,00	R\$ 922.720,00	90,51
Transferências Correntes	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	1,47
Outras Receitas Correntes	R\$ 0,00	R\$ 31.754,12	3,11
Total de Receitas Correntes	R\$ 56.696,00	R\$ 1.019.514,28	100,00
Receitas de Capital			
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Total de Receitas (corrente + capital)	R\$ 56.696,00	R\$ 1.019.514,28	-

Fonte: SIAFI WEB 2024

Observa-se que a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à arrecadação total no 4º trimestre. A realização de receita de serviço representou a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 90,51% do total arrecadado, tendo em vista a receita realizada com taxa de inscrições do concurso público.

A Tabela 17 demonstra a composição pela a natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

Tabela 17: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza Receita	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Composição %
Aluguéis e Arrendamentos	R\$ 54.908,00	R\$ 50.040,16	4,91
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 1.788,00	R\$ 2.140,00	0,21
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	R\$ 0,00	R\$ 920.580,00	90,30
Transferência de Recurso para Órgão da União de Convênios com Instituições Privadas	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	1,47
Receitas Correntes a Classificar	R\$ 0,00	-R\$ 20,00	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	R\$ 0,00	R\$ 31.519,10	3,09
Multas e Juros Previstos em Contratos – Mul.Jur.	R\$ 0,00	R\$ 7,57	0,00
Indenização para danos causados ao patrimônio público – Principal	R\$ 0,00	R\$ 35,46	0,00
Restituição Despesas Primárias Exercícios Anteriores – Principal	0,00	211,99	0,02
Total Receita	R\$ 56.696,00	R\$ 889.916,05	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação ao total da receita realizada. As receitas provenientes das inscrições do concurso público atingiram 90,30,% referente ao total de receitas realizadas.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes do órgão são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado para a sociedade. No 4º trimestre, passou a corresponder 99,04% do total fixado no orçamento.

As despesas de capital foram fixadas em R\$ 655.518,00, que representa 0,96%, do total da dotação atualizada no orçamento. Esta categoria de despesa visa atender gastos com aquisição de equipamentos, materiais permanentes, imóveis, obras e outros.

Conforme apresentado no quadro de despesa do Balanço Orçamentário os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes. A Tabela 18 apresenta a execução das despesas correntes por grupo de natureza de despesa.

Tabela 18: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa – R\$

Categoria econômica	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	% Execução
Despesas correntes	169.938.249,00	180.217.420,00	197.047.594,91	188.224.435,16	95,52%
Pessoal e Encargos sociais	138.154.242,00	141.555.151,00	139.101.002,11	138.089.941,46	99,27%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	31.784.007,00	38.662.269,00	57.946.592,80	50.134.493,70	86,52%
Despesas de capital	237.689,00	655.518,00	1.902.873,90	1.443.873,89	75,88%
Investimentos	237.689,00	655.518,00	1.902.873,90	1.443.873,89	75,88%
Total das despesas	R\$ 170.175.938,00	R\$ 180.872.938,00	R\$ 198.950.468,81	R\$ 189.668.309,05	95,33%

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

A coluna de percentual indica o total das despesas liquidadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa em relação ao total de despesas empenhadas. Como observado, no 4º trimestre foram liquidadas 95,33% do total empenhado do orçamento para o exercício.

As despesas com pessoal e encargos sociais é o grupo com o maior índice de realização do orçamento, com 99,27% executado em relação ao total empenhado.

Pode-se observar no balanço orçamentário que, no 4º trimestre, a dotação atualizada fixada, para atender o grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 180.217.420,00, deste total foram empenhados R\$ 197.047.594,91 e liquidados R\$ 188.224.435,16, um percentual de aproximadamente 95,52%, que corresponde às despesas empenhadas com orçamento próprio e com orçamento descentralizado de outros órgãos por meio de parcerias para implementação de programas institucionais. Estes créditos são destinados para atender despesas com aquisição de

material de consumo, serviços realizados por pessoas físicas e jurídicas, diárias, auxílios e outras despesas de custeio, conforme execução demonstrada por elemento de despesa na Tabela 19.

Tabela 19: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$)

Elemento Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	Análise Vertical Despesas Empenhadas (%)	Percentual de Despesas Liquidadas/Empenhadas (%)
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	265.290,07	260.419,12	0,46	98,16
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	788.879,43	775.495,10	1,36	98,30
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	696.959,77	693.712,38	1,20	99,53
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.154.757,30	1.063.832,03	1,99	92,13
AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	292.550,00	281.224,88	0,50	96,13
MATERIAL DE CONSUMO	2.327.507,07	1.141.294,78	4,02	49,04
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	11.020,00	11.020,00	0,02	100,00
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST.GRATUITA	2.123.606,94	1.248.916,48	3,66	58,81
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.264.657,88	1.810.816,21	3,91	79,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	559.337,97	453.548,05	0,97	81,09
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	8.023.434,89	6.207.118,39	13,85	77,36
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	24.565.164,39	22.054.717,70	42,39	89,78
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.290.132,72	831.285,74	2,23	64,43
CONTRIBUIÇÕES	35.467,58	34.189,69	0,06	96,40
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	7.000.503,49	7.000.503,49	12,08	100,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	114.082,68	108.009,13	0,20	94,68
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	589.249,00	451.505,00	1,02	76,62
AUXÍLIO-TRANSPORTE	4.187.436,68	4.069.206,84	7,23	97,18
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	104.976,11	87.599,91	0,18	83,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.551.578,83	1.550.078,78	2,68	99,90
TOTAIS	57.946.592,80	50.134.493,70	100,00	86,52

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

As despesas empenhadas auxílio alimentação, locação de mão-de-obra e outros serviços de terceiros pessoa jurídica foram liquidadas, respectivamente, nos valores de R\$ 7.000.503,49, R\$ 6.207.118,39 e R\$ 22.054.717,70, que representaram o maior volume de gasto com custeios do órgão, representando assim 68,32% do total empenhado deste grupo. E o percentual do total empenhado que foi efetivamente executado foi de 86,52% durante o 4º trimestre de 2024. Na Tabela 20 é apresentada as despesas de capital por elemento de despesa.

Tabela 20: Despesas de capital por elemento de despesa (em R\$)

Elementos das despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Análise Vertical Despesas Empenhadas	Percentual de Despesas Liquidadas/Empenhadas
OBRAS E INSTALAÇÕES	467.573,60	8.573,59	24,57%	1,83%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.435.300,30	1.435.300,30	75,43%	100,00%
Totais	1.902.873,90	1.443.873,89	100,00%	75,88%

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

Em relação às despesas na categoria investimentos referentes ao 4º trimestre foram empenhadas despesas com obras e instalações no montante de R\$ 467.573,60, sendo 1,83% liquidada, enquanto equipamentos e materiais permanente foi empenhado R\$ 1.435.300,30, correspondente à 75,43% dos totais deste grupo, sendo liquidada totalmente, conforme a Tabela 20.

A seguir é apresentada a Tabela 21 referente à movimentação orçamentária.

Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)

Unidade Orçamentária	Categoria Econômica Despesa	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)	Empenhado (%)
MINISTERIO DA EDUCACAO	DESPESAS CORRENTES		738.541,32	369.270,66	369.270,66	-	-	50,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	DESPESAS CORRENTES		42.936,78	3.280,16	39.656,62	-	-	92,36
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	DESPESAS CORRENTES		1.221.882,36	529.018,75	692.863,61	-	-	56,70
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	DESPESAS CORRENTES		1.490.574,69	351.976,56	1.138.598,13	-	-	76,39
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	DESPESAS CORRENTES		116.400,00		116.400,00	-	-	100,00
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	DESPESAS CORRENTES		268,11		268,11	-	-	100,00
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	DESPESAS CORRENTES		237,00				237,00	0,00
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	DESPESAS CORRENTES	180.217.420,00	17.555.369,75	17.903.283,75	177.130.371,96	-	2.739.134,04	98,29
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	DESPESAS DE CAPITAL	655.518,00	194.201,60	194.201,60	654.678,60	-	839,40	99,87
MINIST.DO DESENVOLV.AGRARIO E AGRIFAMILIAR	DESPESAS CORRENTES		16.329.618,80	12.247.214,10	4.082.404,70	-	-	25,00
MINIST.DO DESENVOLV.AGRARIO E AGRIFAMILIAR	DESPESAS DE CAPITAL		5.505.571,80	4.587.976,50	917.595,30	-	-	16,67
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	DESPESAS CORRENTES		51.144.826,08	38.540.419,56	12.604.406,52	-	-	24,64
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	DESPESAS DE CAPITAL		1.800.000,00	1.500.000,00	300.000,00	-	-	16,67
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS	DESPESAS CORRENTES		4.366.773,00	3.493.418,40	873.354,60	-	-	20,00
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS	DESPESAS DE CAPITAL		153.000,00	122.400,00	30.600,00	-	-	20,00
TOTAIS		180.872.938,00	100.660.201,29	79.842.460,04	198.950.468,81	-	2.740.210,44	

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

A coluna do percentual empenhado demonstra a despesa empenhada por categoria econômica em relação à dotação atualizada e também em relação aos destaques recebidos de outros órgãos.

A Tabela 21 demonstra a composição do crédito disponível do órgão, que é a soma da dotação atualizada mais as descentralizações recebidas (provisões e destaques) menos as descentralizações concedidas (provisões e destaques), o total de despesas empenhadas e o crédito bloqueado.

A conta descentralizações recebidas é composta pela soma das provisões (movimentação interna de créditos) mais destaques recebidos (movimentação de créditos de outros órgãos), e no 4º trimestre foram de R\$ 100.660.201,29.

As provisões de créditos recebidas do MEC em relação à dotação atualizada fixada no orçamento do órgão para atender despesas com custeio, no 4º trimestre, foram de R\$ 79.842.460,04.

Os destaques recebidos de outros órgãos perfizeram um total de R\$ 21.162.375,09 para atender despesas com custeio, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos

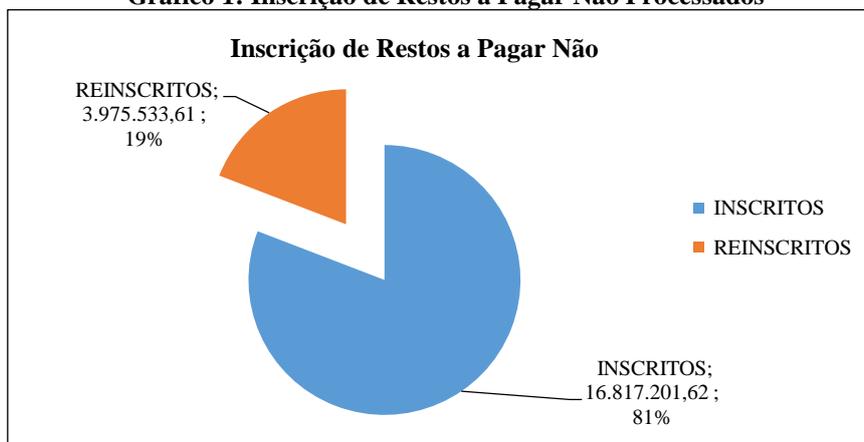
Órgão Concedentes	Objeto da Despesa	Tipo de Gasto	Valor do Destaque
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI	Para execução do Programa de Educação Especial para gestão escolar em uma perspectiva Inclusiva.	Custeio	R\$ 291.712,66
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI	Programa Ação Saberes Indígenas na Escola (SIE).	Custeio	R\$ 46.969,60
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC	Apoio a 4ª Semana Nacional da Educação Profissional e Tecnológica.	Custeio	R\$ 30.588,40
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Cursos de qualificação profissional de trabalhadores em bioeconomia.	Custeio	R\$ 179.018,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Para execução do Programa Mulheres Mil.	Custeio	R\$ 627.843,99
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Para a execução dos cursos de formação inicial e continuada, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).	Custeio	R\$ 692.863,61
Universidade Federal de Roraima	Para atender despesa com gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC.	Custeio	R\$ 4.750,48
Instituto Federal do Amazonas – IFAM	Para atender despesas do projeto de construção de cursos Curso Online Aberto e Massivo – MOOC, no âmbito do IFRR e IFAM.	Custeio	R\$ 116.400,00
Instituto Federal da Bahia – IFBA	Para atender despesa com gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC.	Custeio	R\$ 268,11
Instituto Federal do Piauí	Para atender despesa com gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC.	Custeio	R\$ 237,00
Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia	Para apoiar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão na terra Yanomami.	Custeio	R\$ 4.082.404,70
Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia	Para apoiar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão na terra Yanomami.	Investimento	R\$ 917.595,30
Fundo Nacional do Índio	Para apoiar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão na terra Yanomami.	Custeio	R\$ 873.354,60
Fundo Nacional do Índio	Para apoiar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão na terra Yanomami.	Investimento	R 30.600,00
Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA	Para apoiar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão na terra Yanomami.	Custeio	R\$ 12.604.406,52
Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA	Para apoiar a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão na terra Yanomami.	Investimento	R\$ 300.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Para atender despesa com o Programa Nacional de Alimentação Escolar-Alimentação - PNAE	Custeio	R\$ 331.735,94
TOTAL			R\$ 21.162.375,09

Fonte: SIAFI Operacional (Dezembro/2024).

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento. No encerramento do exercício de 2023 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 20.792.735,23. Enquanto em 2022 o valor de R\$ 16.036.053,33 o que corresponde a um aumento de 29,66%. No Gráfico 1 é apresentada a Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados referente a 2023.

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados



Fonte: Elaborado pelo DCF

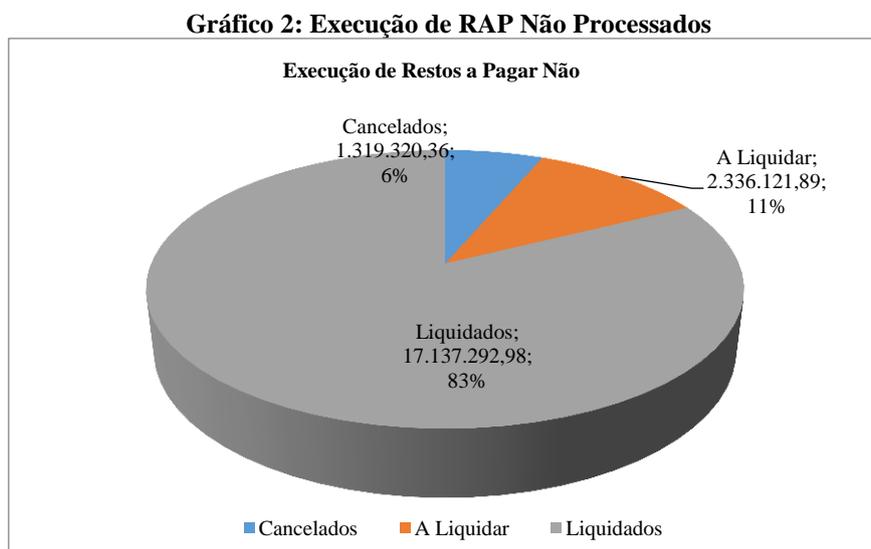
Do valor total, 81% correspondem ao exercício de 2023, enquanto 19% a exercícios anteriores. A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 4º Trimestre de 2024 se deu conforme Tabela 21 abaixo.

Tabela 22: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

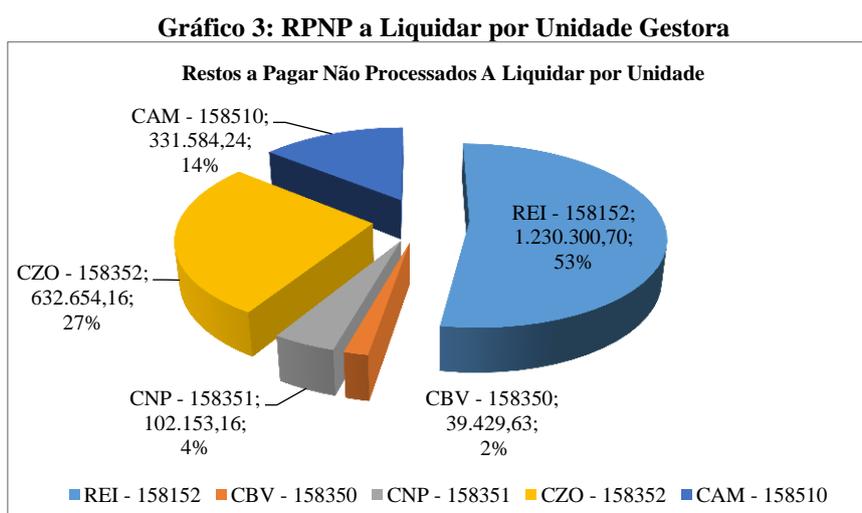
Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	A Liquidar	Liquidados	Pagos	A Pagar
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(F)
158152	2.533.807,27	1.397.596,03	625.879,78	1.230.300,70	2.075.222,82	2.075.222,81	1.230.300,71
158350	2.596.958,61	542.412,22	504.277,99	39.429,63	2.595.663,21	2.567.332,72	67.760,12
158351	8.084.533,79	1.111.315,50	145.181,29	102.153,16	8.948.514,84	8.910.247,69	140.420,31
158352	1.711.278,74	747.027,66	41.817,38	632.654,16	1.783.834,86	1.771.467,83	645.021,19
158510	1.890.623,21	177.182,20	2.163,92	331.584,24	1.734.057,25	1.691.321,86	374.319,63
TOTAL	16.817.201,62	3.975.533,61	1.319.320,36	2.336.121,89	17.137.292,98	17.015.592,91	2.457.821,96
2023	20.792.735,23	%					
	81%	19%					
2022	12.113.685,73	3.922.367,60					
	16.036.053,33						
	76%	24%					
	38,83%	1,36%					
	29,66%						

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2024).

Houve um aumento de 38,83% de Restos a Pagar Inscritos do Exercício 2023 em relação ao exercício 2022, e aumento de 1,36% em Restos a pagar reinscritos referentes aos exercícios anteriores. Este resultado se deve a inscrição das despesas de investimento, em específico, as obras do Campus Novo Paraíso. A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 4º trimestre de 2024 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.



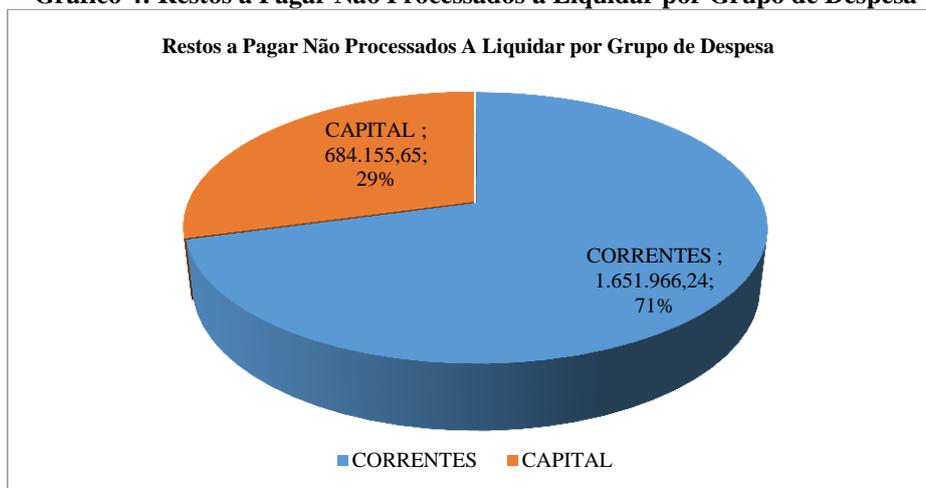
Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que desse total até 31/12/2024 houve a liquidação de 83%, o cancelamento de 6% e saldo a liquidar de 11%. A análise dos empenhos de RPNP referente aos exercícios anteriores é realizada pelos demandantes para que possam ser liquidados ou cancelados. Assim, percebe-se uma redução natural em relação ao trimestre.



Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora Reitoria é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar o que corresponde a 53%, seguida das unidades Campus Boa Vista Zona Oeste 27% e Campus Amajari 14%.

No Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2022 é apresentado por grupo de despesa.

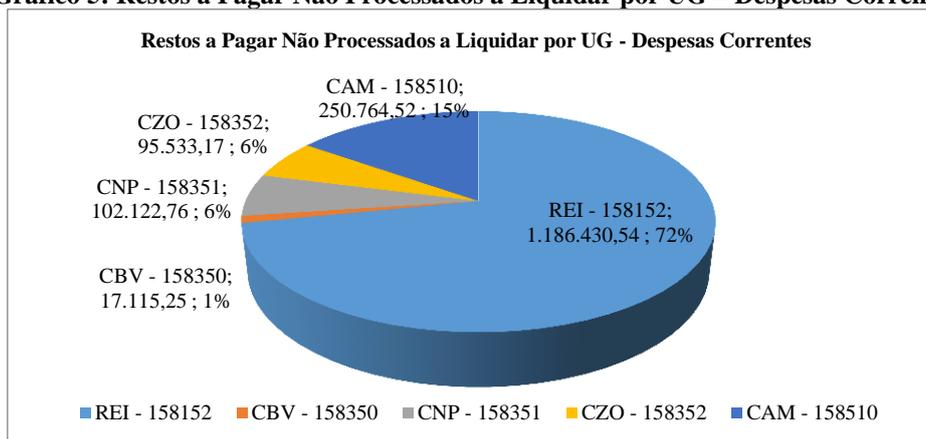
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12/24, 71% corresponde a despesas correntes (Outras Despesas Correntes), enquanto 29% correspondem a despesas de capital (Investimentos). O valor correspondente a Pessoal que estava inscrito até o 3º trimestre refere-se a um empenho de INSS parte patronal de uma servidora que estava afastada. Considerando sua lotação provisória em outro Instituto, o empenho foi anulado no 4º trimestre. O Gráfico 5 apresenta os percentuais e restos a pagar não processados a liquidar por unidade gestora referentes as despesas correntes.

Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas Correntes

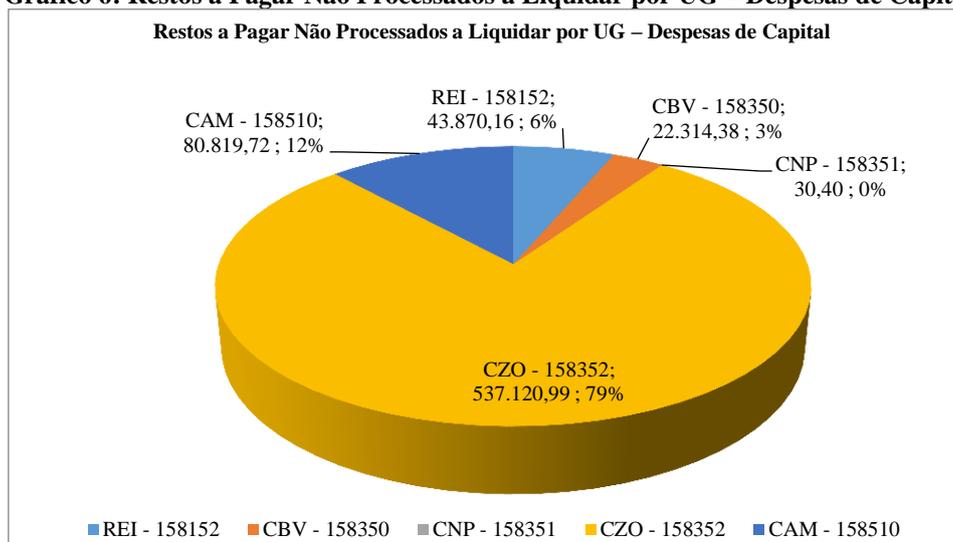


Fonte: Elaborado pelo DCF

Considerando o grupo de despesa outras despesas correntes, a unidade que apresentou maior percentual a liquidar foi a Reitoria (158152), com 72%, evidenciando que foi a unidade que menos liquidou no 4º trimestre.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 6 evidenciando as despesas de investimento por unidade gestora.

Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Despesas de Capital



Fonte: Elaborado pelo DCF

A unidade Campus Boa Vista Zona oeste Novo Paraíso (158352) é a que apresenta maior percentual de investimento de restos a pagar não processados a liquidar, o que corresponde a 79%.

Na Tabela 22 é apresentado um resumo por Unidade Gestora e Grupo de Despesa, evidenciando o quanto ainda falta liquidar por Grupo de Despesa.

Tabela 23: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	158152	158350	158351	158352	158510	TOTAL
CORRENTES R\$	1.186.430,54	17.115,25	102.122,76	95.533,17	250.764,52	1.651.966,24
CAPITAL R\$	43.870,16	22.314,38	30,40	537.120,99	80.819,72	684.155,65
TOTAL R\$	1.230.300,70	39.429,63	102.153,16	632.654,16	331.584,24	2.336.121,89
CORRENTES %	96,43	43,41	99,97	15,10	75,63	70,21
CAPITAL %	3,57	56,59	0,03	84,90	24,37	29,29

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2024).

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhares

INGRESSOS	2024	2023
Receitas Orçamentárias	1.019.514,28	204.391,70
Ordinárias	-	-
Vinculadas	1.038.113,04	204.441,70
Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.038.113,04	204.371,70
Recursos Não Classificados	-	70,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-18.598,76	-50,00
Transferências Financeiras Recebidas	253.717.413,06	194.682.515,78
Resultantes da Execução Orçamentária	216.660.447,93	172.380.407,87
Repasso Recebido	185.893.694,64	158.944.367,61
Sub-repasso Recebido	30.766.753,29	13.436.040,26
Independentes da Execução Orçamentária	37.056.965,13	22.302.107,91
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.740.777,08	21.687.461,64
Demais Transferências Recebidas	2.523,20	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.313.664,85	614.646,27
Recebimentos Extraorçamentários	24.490.198,52	31.167.686,16
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14.565.309,09	13.801.551,83
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9.282.159,76	16.817.201,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	92.032,82	127.744,80
Outros Recebimentos Extraorçamentários	550.696,85	421.187,91
Arrecadação de Outra Unidade	550.696,85	417.375,14
Demais Recebimentos	-	3.812,77
Saldo do Exercício Anterior	11.080.307,19	9.793.405,55
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.080.307,19	9.793.405,55
TOTAL	290.307.433,05	235.847.999,19
DISPÊNDIOS	2024	2023
Despesas Orçamentárias	198.950.468,81	178.993.162,38
Ordinárias	170.922.269,06	149.823.850,85
Vinculadas	28.028.199,75	29.169.311,53
Educação	1.921.201,16	160.086,93
Seguridade Social (Exceto Previdência)	781.793,00	20.676.008,57
Previdência Social (RPPS)	23.908.425,00	-
Dívida Pública	-	8.214.616,77
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.416.780,59	118.599,26
Transferências Financeiras Concedidas	48.129.599,58	24.358.762,13
Resultantes da Execução Orçamentária	31.093.667,29	13.606.805,67
Repasso Concedido	326.914,00	170.765,41
Sub-repasso Concedido	30.766.753,29	13.436.040,26
Independentes da Execução Orçamentária	17.035.932,29	10.751.956,46
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	16.477.055,90	10.333.377,23
Demais Transferências Concedidas	2.523,20	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	556.353,19	418.579,23
Pagamentos Extraorçamentários	31.098.623,34	21.415.767,49
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	13.982.981,91	9.912.519,63
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.015.592,91	11.375.503,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	90.950,55	127.744,80
Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.097,97	-
Demais Pagamentos	9.097,97	-
Saldo para o Exercício Seguinte	12.128.741,32	11.080.307,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.128.741,32	11.080.307,19
TOTAL	290.307.433,05	235.847.999,19

Fonte: Balanço Financeiro, SIAFI Dezembro/2024

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 23 e 24 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 4º Trimestre 2024 em relação ao 4º Trimestre 2023:

Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	31/12/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Receitas Orçamentárias	R\$ 1.019.514,28	204.391,70	0,35%	398,80%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 253.717.413,06	194.682.515,78	87,40%	30,32%
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 31.098.623,34	31.167.686,16	8,44%	-21,42%
Saldo do Exercício Anterior - Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 11.080.307,19	9.793.405,55	3,82%	14,12%
TOTAL	290.307.433,05	235.847.999,19	100,00%	21,01%

Fonte: SIAFI 2024 e 2023.

As Receitas Orçamentárias correspondem apenas 0,35% do total dos ingressos e teve um crescimento de 398,80% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se as arrecadações realizadas pelo próprio órgão como receitas com aluguel, taxas de serviços educacionais, serviços administrativos e taxas de inscrições de concurso.

As Transferências Recebidas correspondem a 87,40% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação positiva de 30,32%.

Como podem ser observados os Recebimentos Extraorçamentários tiveram uma redução de 21,42% em relação ao mesmo período em 2023, referente ao pagamento de despesas de exercícios anteriores inscritas em restos a pagar.

O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa corresponde a 3,82% na composição do balanço. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil do mês seguinte.

No 4º trimestre de 2024 pode-se observar que houve um aumento no total de dispêndios de - 23,09% em relação a 2023. Na Tabela 24 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios.

Tabela 25: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	31/12/2024	31/12/2023	AV (%)	AH(%)
Despesas Orçamentárias	R\$ 198.950.468,81	R\$ 178.993.162,38	68,53%	11,15%
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 48.129.599,58	R\$ 24.358.762,13	20,14%	97,59%
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 16.247.807,19	R\$ 21.415.767,49	6,8%	45,21%
Saldo para o Exercício seguinte – Caixa e Equivalente de Caixa - (SALDO FINAL) – 31/12/2023	R\$ 12.128.741,32	R\$ 11.080.307,19	4,66%	9,46%
TOTAL	R\$ 290.307.433,05	R\$ 235.847.999,19	100,00%	23,09%

Fonte: SIAFI 2024 e 2023.

As despesas pagas, que compõem 68,53% do total das saídas de recursos em dezembro de 2024, tiveram um aumento de 11,15% em relação ao mesmo período do exercício anterior. As transferências financeiras concedidas apresentaram um aumento de 97,59%, que correspondem a repasses e sub-repasses liberados para atender despesas com custeios e investimentos do exercício e inscritas em restos a pagar, provenientes de recursos primários de livre aplicação, descentralizados, emendas parlamentares e recursos próprios. Os pagamentos extraorçamentários tiveram um aumento de 45,21% e o saldo e equivalente de caixa um aumento de 9,46%.

Com base nas informações presentes nas Tabelas 23 e 24 pode-se observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 1.048.434,13 que corresponde à diferença do saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte e o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

A variação positiva significa um ótimo desempenho, por corresponder o pagamento total das dívidas, além do saldo remanescente na execução da despesa, referente ao pagamento das despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Para melhor simplificar este entendimento segue abaixo, no quadro 3, o demonstrativo do saldo total de pagamentos realizados com as receitas arrecadadas e transferências recebidas do MEC e de outros órgãos neste 4º trimestre:

Quadro 3: Recebimentos e Pagamentos – Orçamentários e Extraorçamentários – R\$

Ingressos	
Receitas Orçamentárias	R\$ 1.019.514,28
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 253.717.413,06
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 24.490.198,52
Total	R\$ 279.227.125,86
Dispêndios	
Despesas Orçamentárias Pagas	R\$ 198.950.468,81
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 48.129.599,58
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 31.098.623,34
Total	R\$ 278.178.691,73
Resultado Financeiro – após realização dos pagamentos	
(+) Ingressos	R\$ 279.227.125,86
(-) Dispêndios	R\$ 278.178.691,73
(=) Saldo	R\$ 1.048.434,13

Fonte Balanço Financeiro – SIAFI Tesouro - 4º trimestre 2024

O resultado financeiro positivo, nesta perspectiva, demonstra que não ficaram pendentes de pagamentos e transferências financeiras excederam 100,38% do total de despesas orçamentárias e extraorçamentárias registradas neste período. Em suma, o percentual de ingressos de recursos, para atender estas despesas, foi de 100,00%, no quarto trimestre. Considera-se um desempenho positivo

para o órgão no que se refere ao volume de pagamentos realizados para atender despesas com folha de pessoal, encargos, custeios, investimentos e transferências financeiras para os Campi.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ milhares

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.918.189,25	8.282.539,17
INGRESSOS	255.379.657,01	195.435.840,19
Receita Patrimonial	50.040,16	56.862,12
Receita Agropecuária	-	-
Receita de Serviços	922.720,00	134.533,55
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	31.754,12	12.996,03
Transferências Recebidas	15.000,00	-
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	15.000,00	-
Outros Ingressos Operacionais	254.360.142,73	195.231.448,49
Ingressos Extraorçamentários	92.032,82	127.744,80
Transferências Financeiras Recebidas	253.717.413,06	194.682.515,78
Arrecadação de Outra Unidade	550.696,85	417.375,14
Demais Recebimentos	-	3.812,77
DESEMBOLSOS	-242.461.467,76	-187.153.301,02
Pessoal e Demais Despesas	-174.462.163,77	-144.921.118,37
Previdência Social	-24.317.943,14	-23.112.148,93
Educação	-133.616.407,36	-121.769.169,44
Direitos da Cidadania	-873.354,60	-
Agricultura	-11.572.053,97	-
Organização Agrária	-4.082.404,70	-
Desporto e Lazer	-	-39.800,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-19.769.655,89	-17.745.675,72
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-18.486.533,41	-17.711.616,31
Outras Transferências Concedidas	-1.283.122,48	-34.059,41
Outros Desembolsos Operacionais	-48.229.648,10	-24.486.506,93
Dispêndios Extraorçamentários	-90.950,55	-127.744,80
Transferências Financeiras Concedidas	-48.129.599,58	-24.358.762,13
Demais Pagamentos	-9.097,97	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.869.755,12	-6.995.637,53
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.869.755,12	-6.995.637,53
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.869.755,12	-6.883.463,09
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-112.174,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.048.434,13	1.286.901,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.080.307,19	9.793.405,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.128.741,32	11.080.307,19

Fonte: DFC, SIAFI Dezembro/2024

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

As informações extraídas dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos em caixa foram utilizados.

A demonstração de fluxo de caixa é classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 99,35% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação e de outros órgãos que realizam parcerias com a instituição.

No final do 4º trimestre de 2024 o valor total de ingressos das atividades operacionais foi de R\$ 255.379.657,01, que é composto pela soma das receitas realizadas, dos ingressos extraorçamentários, do cancelamento de obrigações do exercício anterior, das transferências financeiras recebidas, da arrecadação de outra unidade e demais recebimentos.

Vale ressaltar que o IFRR, por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação. A arrecadação de receita própria corresponde apenas 0,39% do total de ingressos do fluxo de caixa das atividades operacionais.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Apresenta-se a seguir a Tabela 25, que faz uma análise horizontal, entre o 4º trimestre de 2024 e 2023, referente aos fluxos de caixa de cada atividade, geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa inicial e caixa e equivalentes de caixa final.

Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades

ATIVIDADES	2023	2022	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 255.379.657,01	R\$ 195.435.840,19	30,67%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-R\$ 11.869.755,12	-R\$ 6.995.637,53	69,67%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 1.048.434,13	R\$ 1.286.901,64	-18,53%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$ 11.080.307,19	R\$ 9.793.405,55	13,14%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 12.128.741,32	R\$ 11.080.307,19	9,46%

Fonte: SIAFI Web, 2024 e 2023.

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a Tabela 25, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no 4º trimestre de 2024, foi positiva em R\$ 1.048.434,13, que coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A coluna da análise horizontal, da Tabela 25, demonstra que houve uma redução de 18,53% da geração líquida de caixa e equivalente de caixa realizados no 4º trimestre de 2024 em relação ao 4º trimestre de 2023, ou seja, os volumes de recebimentos e de transferências financeiras recebidas foram maiores no 4º trimestre de 2024.

O demonstrativo apresenta saldo no fluxo de caixa nas atividades de investimento somente em relação aos desembolsos. No final do 4º trimestre de 2024 foi desembolsado - R\$ 11.869.755,12, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, aquisição de máquinas, equipamentos, instalações e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 4º trimestre de 2024 quanto em 2023.

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DEZEMBRO/2024

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	125.243.165,29	-	-	125.243.165,29
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	50.287,05	-	-	50.287,05
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-25.958,55	-	-	-25.958,55
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	-	125.267.493,79	-	-	125.267.493,79

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	-	125.267.493,79	-	-	125.267.493,79
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-4649,46	-	-	-4649,46
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	- 139.248,75	-	-	- 139.248,75
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	32.544,80	-	-	-	32.544,80
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	32.544,80	125.123.595,58	-	-	125.156.140,38

5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Tabela 26 é apresentado o resumo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Tabela 27: Resumo da DMPL

Especificação	Total PL	AH (%)
Saldo Inicial do Exercício 2023	125.243.165,29	
Saldo Final do Exercício 2023	125.267.493,79	0,02
Saldo Inicial do Exercício 2024	125.267.493,79	
Saldo Final do Exercício 2024	125.156.140,38	-0,09

Fonte: DMPL DEZ/2024

Em análise aos resultados das mutações do Patrimônio Líquido do período dezembro/2023 pode-se perceber que o saldo final em relação ao saldo inicial sofreu uma variação positiva de 0,02%. Em relação ao exercício 2023, essa variação se deu em negativa em -0,09%.